



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

CONTRATO Nº 015 /SG/MPDFT/2018

PROCESSO Nº 08191.016839/2018-17

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, E CEB DISTRIBUIÇÃO S/A.

CONTRATANTE

A UNIÃO, por intermédio do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o número 26.989.715/0002-93, instalado no Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, em Brasília-DF, neste ato representado por seu Secretário-Geral, **WAGNER DE CASTRO ARAÚJO**, nos termos da Portaria nº 75/PGJ, de 19 de janeiro de 2015, daqui por diante designado simplesmente **MPDFT**;

CONTRATADA

CEB DISTRIBUIÇÃO S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o número 07.522.669/0001-92, estabelecida no Setor de Indústria e Abastecimento – SIA, Área de Serviço Público, Lote C, Bloco D, Brasília-DF, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada por sua Gerente de Grandes Clientes, **SELMA BATISTA DO RÉGO LEAL**, brasileira, casada, portadora da CI-RG nº 897.825 SSP/DF, inscrita no CPF/MF sob o nº 392.466.391-20, conforme Portaria nº 359/2011-DD, que confere à qualificada poderes para representá-la na assinatura do contrato, daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**.

As partes supra identificadas ajustaram, e por este instrumento celebram um **CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA**, consoante as disposições da Lei nº 8.666, de 21/6/1993, em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL Nº 414, de 9/9/2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, com suas alterações, e demais normas que regulam a espécie, às quais desde já se sujeitam a cumprir mediante as Cláusulas e condições, e nos autos do processo nº 08191.016839/2018-17, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objetivo, regular, exclusivamente, segundo a estrutura da tarifa de Baixa Tensão, o fornecimento de energia elétrica ao MPDFT, pela CONTRATADA, necessária ao funcionamento das instalações da Promotora de Justiça de Águas Claras no Centro Empresarial Taguatinga Shopping, nas salas listadas abaixo, sob sua responsabilidade, com exceção da Iluminação Pública:

ENDEREÇO	IDENTIFICAÇÃO CEB
QS 01 R. 210 LT 40 SL 315 TAG SHOPPING	1.436.942-7
QS 01 R. 210 LT 40 SL 316 TAG SHOPPING	1.436.941-9
QS 01 R. 210 LT 40 SL 317 TAG SHOPPING	1.436.943-5
QS 01 R. 210 LT 40 SL 318 TAG SHOPPING	1.436.946-X
QS 01 R. 210 LT 40 SL 319 TAG SHOPPING	1.436.948-6
QS 01 R. 210 LT 40 SL 320 TAG SHOPPING	1.436.950-8
QS 01 R. 210 LT 40 SL 321 TAG SHOPPING	1.436.954-0
QS 01 R. 210 LT 40 SL 322 TAG SHOPPING	1.436.955-9
QS 01 R. 210 LT 40 SL 323 TAG SHOPPING	1.436.961-3
QS 01 R. 210 LT 40 SL 324 TAG SHOPPING	1.436.963-X
QS 01 R. 210 LT 40 SL 325 TAG SHOPPING	1.436.966-4
QS 01 R. 210 LT 40 SL 326 TAG SHOPPING	1.436.968-0
QS 01 R. 210 LT 40 SL 327 TAG SHOPPING	1.436.971-0
QS 01 R. 210 LT 40 SL 328 TAG SHOPPING	1.436.972-9

CLÁUSULA SEGUNDA - DA NOMENCLATURA TÉCNICA

Para perfeito entendimento e maior precisão da terminologia técnica usada neste instrumento, fica, desde já, acertado entre as partes o significado dos vocábulos e expressões técnicas usuais em fornecimento de energia elétrica, conforme a seguir relacionado e definido:

- a) DA CARGA INSTALADA - soma das potências nominais dos equipamentos elétricos instalados na unidade consumidora, em condições de entrar em funcionamento, expressa em quilowatts (kW);
- b) DO CONSUMIDOR - pessoa física (indivíduo) ou jurídica (empresa) que solicitar à CONTRATADA o fornecimento de energia elétrica e assumir a responsabilidade pelas obrigações fixadas em regulamentos que dispõem sobre a prestação de serviço público de energia elétrica;
- c) DISTRIBUIDORA - Agente titular de concessão ou permissão federal para prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica;
- d) ENERGIA REATIVA - quantidade de energia elétrica que circula continuamente entre os diversos campos elétricos e magnéticos de um sistema de corrente alternada, sem produzir trabalho, expressa em quilovolt-ampère-reactivo-hora (kvarh);
- e) ENERGIA ATIVA - total da energia elétrica utilizada pelos equipamentos elétricos, ou eletrodomésticos, da unidade consumidora, medida em quilowatt-hora (kWh);
- f) GRUPO "B" - BAIXA TENSÃO - agrupamento composto de unidades consumidoras com fornecimento em tensão inferior a 2,3 quilovolts (kV) e faturadas neste Grupo;

- g) DO INDICADOR DE CONTINUIDADE - valor que expressa a duração em horas e o número de interrupções ocorridas na unidade consumidora em um determinado período de tempo;
- h) DA INTERRUPÇÃO DO FORNECIMENTO - desligamento temporário da energia elétrica para conservação e manutenção da rede elétrica e em situações de casos fortuitos ou de força maior;
- i) DO PADRÃO DE TENSÃO - níveis máximos e mínimos de tensão, expressos em Volts (V), em que a CONTRATADA deve entregar a energia elétrica na unidade consumidora, de acordo com os valores estabelecidos pela ANEEL.
- j) DA POTÊNCIA DISPONIBILIZADA - potência de que o sistema elétrico da CONTRATADA deve dispor para atender os equipamentos elétricos, da unidade consumidora;
- k) DA POTÊNCIA ELÉTRICA - é a quantidade de energia elétrica que cada equipamento elétrico pode consumir, por unidade de tempo, medida em quilowatt (kW);
- l) DA TARIFA - valor monetário, fixado em Reais (R\$) ou moeda vigente, por unidade de energia elétrica consumida;
- m) DA UNIDADE CONSUMIDORA - residência, estabelecimento residencial ou estabelecimento comercial, de serviços, industrial, rural ou do poder público, composto de instalações e equipamentos elétricos, caracterizados pelo recebimento de energia elétrica em um só ponto de entrega, com medição individualizada em baixa tensão;
- n) DO FATOR DE POTÊNCIA - razão entre a energia elétrica ativa e a raiz quadrada da soma dos quadrados das energias elétricas ativas e reativas, consumidas num mesmo período especificado.
- o) PONTO DE ENTREGA - Conexão do sistema elétrico da distribuidora com a unidade consumidora e situa-se no limite da via pública com a propriedade onde esteja localizada a unidade consumidora;

CLÁUSULA TERCEIRA - DA MEDIÇÃO

A medição da energia fornecida ao MPDFT, em todos os seus parâmetros, será efetuada por meio de equipamento de medição pertencentes e instalados pela CONTRATADA, nas unidades consumidoras, de acordo com suas normas e padrões.

Parágrafo Primeiro - Serão de responsabilidade do MPDFT os eventuais custos decorrentes das adaptações, em suas instalações, que se façam necessárias para possibilitar o recebimento dos equipamentos de medição.

Parágrafo Segundo - Periodicamente, a CONTRATADA procederá a leitura dos instrumentos de medição, empenhando-se para que, sempre que possível, entre duas leituras sucessivas ocorra o intervalo correspondente a um mês civil.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA compromete-se a aferir seus instrumentos de medição periodicamente, com a fiscalização do MPDFT, se a este assim convier. Aferições extras poderão ser efetuadas por solicitação do MPDFT a qualquer momento, cabendo, porém a este as despesas decorrentes, se for constatado que os medidores aferidos se encontram dentro das margens de tolerância de erro admitidas nas especificações do Instituto Nacional de Pesos e Medidas - INMETRO e/ou da Associação Brasileira de Normas Técnicas ou, na falta destas, em norma internacional tradicionalmente aceita.

Parágrafo Quarto - O MPDFT será responsável pela guarda dos equipamentos de medição e seus acessórios, não podendo intervir nem deixar que outros intervenham no respectivo funcionamento, a não ser os representantes da CONTRATADA, devidamente identificados.

CLÁUSULA QUARTA - DO ACESSO ÀS INSTALAÇÕES

O MPDFT consentirá, em qualquer tempo, que representantes da CONTRATADA, devidamente credenciados, tenham acesso às instalações elétricas de sua propriedade e fornecerá aos mesmos os dados e informações que solicitarem, sobre assuntos pertinentes ao funcionamento dos aparelhos e instalações ligados ao sistema elétrico.

CLÁUSULA QUINTA - DA SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO

A CONTRATADA se reserva o direito de suspender total ou parcialmente o fornecimento de energia elétrica e isenta-se de qualquer responsabilidade, penalidades ou indenização pelos prejuízos acaso advindos ao MPDFT, em consequência desse fato, quando a suspensão se verificar por motivo de caso fortuito ou força maior, de ordem de autoridades competentes, impedimentos legais, secas, incêndios, explosões, guerras, revoluções, inundações, acidentes nas instalações ou fenômenos meteorológicos.

Parágrafo Primeiro - Os serviços de manutenção programada nas instalações de geração, transmissão e transformação da CONTRATADA, que obriguem a interrupção de fornecimento à unidade consumidora, somente poderão ser executados mediante aviso prévio em 72 horas, por meio de jornais, revistas, rádio, televisão ou outros meios de comunicação, isentando-se a CONTRATADA de qualquer responsabilidade, penalidade ou indenização pelos eventuais prejuízos causados ao MPDFT.

Parágrafo Segundo - Constituirá motivo de suspensão de fornecimento da energia elétrica da unidade consumidora, a inobservância pelo MPDFT, de qualquer das cláusulas do presente CONTRATO e das obrigações definidas na Resolução 414 de 09/09/2010 da ANEEL.

Parágrafo Terceiro - O MPDFT poderá ter o fornecimento de energia elétrica suspensa imediatamente, se houver a revenda ou fornecimento de energia elétrica a terceiros.

Parágrafo Quarto - O MPDFT poderá ter o fornecimento de energia elétrica suspensa se houver o impedimento do acesso de empregados e representantes da CONTRATADA, para leitura e inspeção necessárias na medição da unidade consumidora.

Parágrafo Quinto - O MPDFT poderá ter o fornecimento de energia elétrica suspenso, após aviso prévio, para regularização de razões de ordem técnica, prevista pela legislação pertinente;

Parágrafo Sexto - O MPDFT poderá ter o fornecimento de energia elétrica suspenso imediatamente, por deficiência técnica ou de segurança em instalações da unidade consumidora que ofereçam risco iminente de danos a pessoas, bens ou ao sistema elétrico;

Parágrafo Sétimo - O MPDFT poderá ter o fornecimento de energia elétrica suspenso, após aviso prévio, quanto à falta de pagamento da fatura de energia elétrica;

CLÁUSULA SEXTA - DO FATURAMENTO

A CONTRATADA emitirá faturas mensais com base nos valores medidos da energia fornecida às unidades consumidoras em Baixa Tensão, observadas as cláusulas deste CONTRATO e a legislação em vigor, bem como as tarifas fixadas pelo Poder Concedente, com os ajustes previstos.

Parágrafo Primeiro - O MPDFT compromete-se a efetuar o pagamento mensal da energia fornecida pela CONTRATADA, na data de vencimento das respectivas faturas.



Parágrafo Segundo - Findo o prazo para pagamento das faturas, incidirá sobre o valor líquido das mesmas, juros de mora de 1% ao mês, multa de 2% e correção monetária com base no Índice Geral de Preços do Mercado-IGP-M da Fundação Getúlio Vargas ou outro índice que vier a substituí-lo, nos termos da legislação específica do setor elétrico e do Contrato de Concessão de Distribuição nº 066/99-ANEEL. O prazo para pagamento das faturas não será afetado por discussões entre as partes, sobre questões de cálculo, devendo a diferença, quando houver, ser paga ou devolvida por processamento independente, a quem de direito.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRINCIPAIS DIREITOS DOS CONSUMIDORES

Os principais direitos são:

- a - Ser orientado sobre o uso eficiente da energia elétrica, de modo a reduzir desperdícios e garantir a segurança na sua utilização;
- b - Receber energia elétrica em sua unidade consumidora nos padrões de tensão e de índices de continuidade estabelecidos;
- c - Responder apenas por débitos relativos à fatura de energia elétrica de sua responsabilidade;
- d - Ter serviço de atendimento telefônico gratuito 24 (vinte e quatro) horas por dia e sete dias por semana pelo telefone 116, para solução de problemas emergenciais.
- e - Ser informado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sobre providências quanto às solicitações ou reclamações de acordo com as condições e prazos de execução de cada situação, sempre que previstos em normas e regulamentos;
- f - Ser informado, na fatura de energia elétrica, sobre a existência de débitos pendentes;
- g - Ser informado, por escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, sobre a possibilidade da suspensão de fornecimento por falta de pagamento da fatura de energia elétrica;
- h - Ter a energia elétrica religada, no caso de suspensão indevida, sem quaisquer despesas, no prazo máximo de até 04 (quatro) horas, a partir da constatação da CONTRATADA ou da informação do MPDFT, e receber o crédito estabelecido na regulamentação específica;
- i - Ter a energia elétrica religada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para área urbana ou 48 horas para área rural, após comprovado o pagamento da fatura pendente;
- j - Ser ressarcido, quando couber, pelo conserto ou substituição de equipamentos elétricos ou eletrodomésticos danificados em função da prestação do serviço inadequado do fornecimento de energia elétrica, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da respectiva data da solicitação, conforme legislação específica;
- k - Receber, por meio da fatura de energia elétrica, importância monetária se houver descumprimento, por parte da distribuidora, dos padrões de atendimentos técnicos e comerciais estabelecidos pela ANEEL;

l – Ter, para fins de consulta, nos locais de atendimento, acesso às Normas e Padrões da CONTRATADA às Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica; e

m – Ter a unidade consumidora classificada de modo a proporcionar a aplicação da tarifa mais vantajosa a que o consumidor tiver direito.

n – Ser informado, por documento escrito e individual, sobre as interrupções programadas, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, quando existir na unidade consumidora pessoa que dependa de equipamentos elétricos indispensáveis a vida;

o – Cancelar a qualquer tempo, a cobrança de outros serviços por ela autorizada;

p – Receber, até o mês maio do ano corrente, declaração de quitação anual de débitos do ano anterior referentes ao consumo de energia elétrica, que poderá ser inclusa na fatura de energia elétrica;

q – Ser ressarcido por valores cobrados e pagos indevidamente, acrescidos de atualização monetária e juros.

CLÁUSULA OITAVA - DOS PRINCIPAIS DEVERES DO CONSUMIDOR

a – Manter livre a entrada de empregados e representantes da CONTRATADA para fins de inspeção e leitura dos medidores de energia;

b – Manter a adequação técnica e a segurança das instalações elétricas da unidade consumidora, de acordo com as normas oficiais brasileiras;

c – Informar à CONTRATADA sobre a existência de pessoa, na unidade consumidora, que use equipamentos elétricos, indispensáveis à vida;

d – Manter os dados cadastrais atualizados junto à CONTRATADA, especialmente quando da mudança do titular, solicitando a alteração da titularidade ou o encerramento da relação contratual, se for o caso;

e – Informar as alterações da atividade econômica exercida (comércio, residência, rural ou serviços) na unidade consumidora;

f – Consultar a CONTRATADA quando o aumento de carga instalada da unidade consumidora exigir a elevação da potência disponibilizada.

g – Ressarcir a CONTRATADA, no caso de investimentos realizados para fornecimento da unidade consumidora, não amortizados, excetuando-se aqueles realizados em conformidade com os programas de universalização;

CLÁUSULA NONA - DA EXECUÇÃO E COBRANÇA DE OUTROS SERVIÇOS

A CONTRATADA poderá:

a – Executar serviços vinculados à prestação do serviço público ou à utilização da energia elétrica, observadas as restrições constantes do contrato de concessão, desde que o MPDFT, por sua livre escolha, opte por contratar; e

b – Emitir fatura específica para a cobrança de outros serviços, desde que autorizada, antecipadamente, e expressamente pelo MPDFT.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente CONTRATO rescindir-se-á:

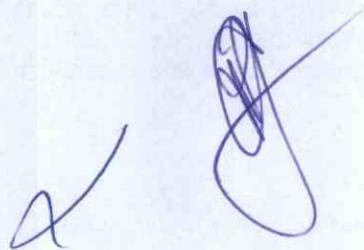
- a) Por mútuo acordo, atendidas as conveniências das partes;
- b) Por iniciativa da CONTRATADA e sem direito do MPDFT, a qualquer indenização, independentemente de interpelação judicial ou providências quaisquer de ordem administrativa, se:
 - b.1 - No decurso do prazo de 2 (dois) ciclos completos de faturamento após a suspensão regular e ininterrupta do fornecimento à unidade consumidora, exceto nos casos comprovados de procedimentos irregulares ou de reatuação à revelia praticados durante a suspensão; e
 - b.2- O MPDFT aumentar sua carga instalada sem prévia apreciação e anuência por parte da CONTRATADA;
 - b.3- O MPDFT desobedecer a qualquer cláusula deste CONTRATO;
 - b.4- O MPDFT transferir o CONTRATO a terceiros, sem prévia anuência da CONTRATADA; e
- c) Por iniciativa do MPDFT se a CONTRATADA descumprir qualquer cláusula deste CONTRATO.
 - c.1 – Pedido voluntário para encerramento contratual e conseqüente desligamento da unidade consumidora, a partir da data da solicitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS E DA COMPETÊNCIA

- a) Vencido o prazo para o atendimento de uma solicitação ou reclamação feita junto a CONTRATADA, ou se houver discordância em relação às providências adotadas, o MPDFT, pode contatar a Ouvidoria da CONTRATADA;
- b) A Ouvidoria da CONTRATADA deve comunicar ao MPDFT, em 30 (trinta) dias, as providências adotadas quanto às suas solicitações e reclamações, cientificando-o sobre a possibilidade de reclamação direta à agência local, em sua ausência, à ANEEL, caso persista discordância;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Caso haja mudança na legislação específica de energia elétrica, que venha alterar ajustes feitos no presente CONTRATO, serão tais alterações incorporadas ao mesmo, independentemente de transcrição neste instrumento.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RENÚNCIA

A abstenção eventual de qualquer das partes no uso das faculdades que lhes são concedidas no presente CONTRATO, não importará em renúncia relativa às novas oportunidades de uso das mesmas faculdades.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DA NOVAÇÃO

A tolerância entre as partes não implica em novação das obrigações assumidas neste CONTRATO de fornecimento em baixa tensão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente CONTRATO será de 12 (doze) meses, contados a partir de 5/8/2018, prorrogados automaticamente por iguais e sucessivos períodos por tempo indeterminado, sob amparo da Orientação Normativa Nº 36, de 13 de dezembro 2011, da Advocacia Geral da União – AGU.

Parágrafo Primeiro - Prorrogação automática por iguais e sucessivos períodos, desde que o MPDFT não se manifeste em contrário, por escrito, e com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias, antes do término do prazo de vigência definido nesta Cláusula, de acordo com o inciso II do art. 63 da Resolução Normativa 414/2010-ANEEL.

Parágrafo Segundo - A ratificação dos períodos prorrogados automaticamente bem como a manifestação de renovação contratual é de responsabilidade exclusiva do MPDFT, em caso de vigência diferente de que trata esta Cláusula.

Parágrafo Terceiro - Para efeito de faturamento – caso seja ligação nova ou aumento de carga – e fins rescisórios, a data a ser considerada será a data da energização definitiva da unidade consumidora, inclusive após a conclusão das obras de reforço, ampliação na rede e/ou outras necessárias, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

Para os casos omissos no presente CONTRATO e relativo às condições de fornecimento de energia elétrica, prevalecerão às condições gerais das normas e disposições regulamentares em vigor, particularmente as estipuladas em portarias de tarifas, cabendo, ainda, em última instância, recursos à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

CLÁSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS RECURSOS

As despesas com a execução deste contrato, na importância global anual estimativa de R\$ 24.058,56 (vinte e quatro mil e cinquenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), correrão, neste exercício (2018), à conta de créditos orçamentários consignados no Orçamento Geral da União, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, na categoria econômica de Despesa Corrente, sob o Programa de Trabalho 03062058142610053 e Elemento de Despesa 339039, e para o exercício seguinte créditos próprios de igual natureza.

Parágrafo Único - Para cobertura da despesa foi emitida Nota de Empenho nº 2018NE000045 e 2018NE000046, de 5/1/2018, no valor de R\$ 14.034,16 (quatorze mil e trinta e quatro reais e dezesseis centavos), à conta da dotação orçamentária especificada nesta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de Brasília, em privilégio a qualquer outro, para dirimir as questões oriundas deste CONTRATO.

E assim, por estarem justas e contratadas, firmam o presente em 2 (duas) vias, de um só teor e efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, que desde já, consideram abonadas em juízo ou fora dele, obrigando-se por si e seus sucessores a fazê-lo cumprir nos termos e condições estipulados.

Brasília, 13 de abril de 2018.

PELA CONTRATADA:

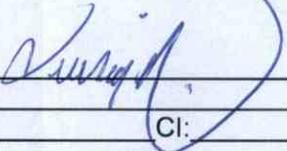

SELMA BATISTA DO RÉGO LEAL
CPF: 392.466.391-20 - CI: 897.825 SSP/DF
GERÊNCIA DE GRANDES CLIENTES
Gerente

PELO MPDFT:


WAGNER DE CASTRO ARAÚJO
Secretário-Geral

TESTEMUNHAS:

NOME: Andriacy Moura West
CPF: 561276691-50 CI: 993662
SSP/DF


NOME: _____
CPF: _____ CI: _____

PROCESSO CEB DISTRIBUIÇÃO N°:
IDENTIFICAÇÃO CEB N°:

Gesiel de Abreu Filgueira
CPF: 259.206.93134
MPDFT



SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 014/SG/MPDFT/2018. Processo nº 08191.137305/2017-34. Contratante: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT. CNPJ: 26.989.715/0002-93. Contratada: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.; CNPJ: 61.074.175/0001-38. Objeto: Contratação de empresa prestadora de serviço especializado em cobertura do seguro RETA (Responsabilidade do Explorador e Transportador Aéreo), de acordo com as condições e as especificações do contrato e dos anexos do edital. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico 3/2018. Vigência: 7/5/2018 até 5/7/2018. Valor Global: R\$ 1.350,00. Programa de Trabalho: 03062058142610053339039. Elemento de Despesa: 339039. Nota de Empenho: 2018NE000221. Emitente UG/Gestão 200009/MPDFT/00001 - Tesouro Nacional. Signatários: MPDFT: WAGNER DE CASTRO ARAÚJO, Secretário-Geral. CONTRATADA: ANDRÉ RENATO VIARD FORTINO Diretor, e RAFAEL DE LUCA JUNIOR, Secretário. Data da assinatura: 3 de maio de 2018.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 015/SG/MPDFT/2018. Processo nº 08191.016839/2018-17. Contratante: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT. CNPJ: 26.989.715/0002-93. Contratada: CEB DISTRIBUIÇÃO S/A. CNPJ: 07.522.669/0001-92. Objeto: Fornecimento de energia elétrica, segundo a estrutura da tarifa de Baixa Tensão, necessária ao funcionamento das instalações da Promotora de Justiça de Águas Claras no Centro Empresarial Taguatinga Shopping, sob sua responsabilidade, com exceção da Iluminação Pública, de acordo com as condições e as especificações do contrato e dos anexos do edital. Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação, fundamentada no art. 24, XXII, da Lei nº 8.666/1993. Vigência: 5/8/2018 até 4/8/2019. Valor Global Anual: R\$ 24.058,56. Programa de Trabalho: 03062058142610053. Elemento de Despesa: 339039. Nota de Empenho: 2018NE000045 e 2018NE000046, de 5/1/2018. Emitente UG/Gestão 200009/MPDFT/00001 - Tesouro Nacional. Signatários: MPDFT: WAGNER DE CASTRO ARAÚJO, Secretário-Geral. CONTRATADA: SELMA BATISTA DO RÉGO LEAL Gerente de Grandes Clientes. Data da assinatura: 13 de abril de 2018.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 008/2018. Processo nº 08191.000034/2018-43. Contratante: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT. CNPJ: 26.989.715/0002-93. Contratada: ECO TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA.; CNPJ: 24.050.758/0001-00. Objeto: Ata tem por objeto o Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual contratação de empresa especializada para realizar serviços de mudanças, conforme especificações constantes do Edital que, para todos os efeitos, é parte integrante da Ata. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 15/2018. Vigência: 3/5/2018 até 2/5/2019. Valor Global: R\$ 235.915,00. Emitente UG/Gestão 200009/MPDFT/00001 - Tesouro Nacional. Signatários: MPDFT: WAGNER DE CASTRO ARAÚJO, Secretário-Geral. CONTRATADA: TIAGO SILVA CARVALHO. Sócio. Data da assinatura: 3 de maio de 2018.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 009/2018. Processo nº 08191.005344/2018-54. Contratante: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT. CNPJ: 26.989.715/0002-93. Contratada: ESPLANADA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DIVISÓRIAS E MÓVEIS LTDA. - EPP. CNPJ: 06.031.911/0001-62. Objeto: Ata tem por objeto o Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual fornecimento e instalação de divisórias modulares removíveis e divisórias retráteis, compostas por placas e/ou vidros de saque frontal e estrutura em perfis de alumínio extrudado, para implantação do edifício da Promotoria de Justiça de Brasília, conforme especificações constantes do Edital que, para todos os efeitos, é parte integrante da Ata. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 18/2018. Vigência: 3/5/2018 até 2/5/2019. Valor Global: R\$ 1.493.486,00. Emitente UG/Gestão 200009/MPDFT/00001 - Tesouro Nacional. Signatários: MPDFT: WAGNER DE CASTRO ARAÚJO, Secretário-Geral. CONTRATADA: LUCIANE DE OLIVEIRA SILVA: Sócia-Gerente. Data da assinatura: 3 de maio de 2018.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05302018050700157

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS AO ESTADO E DAS REGIÕES SUL E CENTRO-OESTE SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO EM GOIÁS

EDITAL Nº 14 SECEX-GO, DE 27 DE ABRIL DE 2018

TC 003.322/2015-7

Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA a empresa Conhecer Consultoria e Marketing Ltda. - ME, CNPJ: 07.046.650/0001-17, na pessoa de seu representante legal, do Acórdão 168/2018-TCU-Plenário, Relator Augusto Nardes, Sessão de 31/1/2018, proferido no processo TC 003.322/2015-7, referente ao Convênio 631/2009 (SICONV 704010) celebrado entre o Ministério do Turismo e a empresa Premium Avanço Brasil. Por meio do referido acórdão o Tribunal julgou irregulares as contas da empresa Conhecer Consultoria e Marketing Ltda. - ME, condenando-a solidariamente com o Sr. Luiz Henrique Peixoto de Almeida, CPF: 058.352.751-53, a Sra. Cláudia Gomes de Melo, CPF: 478.061.091-53, e a empresa Premium Avanço Brasil, CNPJ: 07.435.422/0001-39, a recolher aos cofres do Tesouro Nacional (mediante GRU, código 13902-5), valor histórico atualizado monetariamente desde a respectiva data de ocorrência, acrescido dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 27/4/2018: R\$ 667.988,70; em solidariedade com os responsáveis acima indicados. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação. Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, mediante GRU, código 13901-7, da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), com fundamento nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, a qual será atualizada desde a data do Acórdão 168/2018-TCU-Plenário, até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial. O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, Regimento Interno do TCU). A emissão da Guia de Recolhimento da União-GRU e do demonstrativo de débito pode ser feita por meio do Portal TCU (www.tcu.gov.br - aba cidadão> serviços e consultas> Emissão de GRU). Informações detalhadas acerca do processo, do valor histórico do débito com a respectiva data de ocorrência e do cofre credor podem ser obtidas junto à Secex-GO ou em qualquer outra Secretaria de Controle Externo do Tribunal.

NILZIETHE VIEIRA VILELA

Secretária
Substituta

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO

a) Processo:TC-032.694/2017-2; b)Espécie: 3º Termo de Apostilamento ao CT nº 23/2015, firmado em 04/05/2018, entre o TCU e a empresa MULTI SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.; c)Objeto: prorrogação de 01/07/2018 até 30/06/2019, ou até a conclusão de implementação de nova tecnologia de comunicação no TCU; d)Fundamento Legal: art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e item 2 da cláusula quinta do Contrato nº 23/2015; e)Valor: R\$ 65.990,00; f)NE: 2018NE000609; g)Signatário: pelo Contratante, Carlos Roberto Caixeta - Secretário-Geral de Administração.

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO

a) Processo:TC-032.707/2017-7; b)Espécie: 3º Termo de Apostilamento ao CT nº 23/2016, firmado em 04/05/2018, entre o TCU e a empresa SANTAFÉ IDEIAS E COMUNICAÇÃO LTDA.; c)Objeto: prorrogação de 27/06/2018 até 26/06/2019; d)Fundamento Legal: art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e item 2 da cláusula sexta; e)Valor: R\$ 2.072.088,61; f)NE: 2018NE000634; g)Signatário: pelo Contratante, Carlos Roberto Caixeta - Secretário-Geral de Administração.

Defensoria Pública da União

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 113/2018 - UASG 290002

Processo: 0803800902201637. Objeto: Remanescente de prestação de serviços na área de Recepção, em atendimento às necessidades da Defensoria Pública da União em Sobral/CE. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XI da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Rescisão com a antiga contratada Declaração de Dispensa em 24/04/2018. RICARDO JOSE SOUZA NASCIMENTO SILVA, Secretário de Logística e Patrimônio. Ratificação em 24/04/2018. LIANA LIDIANE PACHECO DANI, Secretária-geral Executiva. Valor Global: R\$ 67.971,36. CNPJ CONTRATADA: 11.054.815/0001-70 ADS SERVICOS DE LOCAÇÃO DE MAO - DE - OBRA LTDA.

(SIDECA - 04/05/2018) 290002-00001-2018NE02705

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2018 - UASG 290002

Número do Contrato: 102/2017. Processo: 08038006137201717. PREGÃO SISPP Nº 59/2017. Contratante: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIAO - CNPJ Contratado: 11907591000100. Contratado: MUNDIAL SERVICOS E TRANSPORTES -LTDA. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato de prestação de serviços de locação de veículos para atender a Unidade DPU/Cuiabá/MT. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 10/08/2018 a 09/08/2019. Valor Total: R\$130.799,88. Fonte: 100000000 - 2018NE00132. Data de Assinatura: 04/05/2018.

(SICON - 04/05/2018) 290002-00001-2018NE02705

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2018 - UASG 290002

Número do Contrato: 43/2016. Processo: 08038001720201642. PREGÃO SRP Nº 73/2015. Contratante: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIAO - CNPJ Contratado: 03159145000128. Contratado: S.S. EMPREENDIMENTOS E SERVICOS -EIRELI. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato de prestação de serviços de coteiragem para atender a Unidade DPU/Vitória/ES. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 04/05/2018 a 03/05/2019. Valor Total: R\$68.634,48. Fonte: 100000000 - 2018NE000912. Data de Assinatura: 03/05/2018.

(SICON - 04/05/2018) 290002-00001-2018NE02705

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2018 - UASG 290002

Número do Contrato: 119/2016. Processo: 08038011993201514. PREGÃO SISPP Nº 41/2016. Contratante: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIAO - CNPJ Contratado: 11054815000170. Contratado: ADS SERVICOS DE LOCAÇÃO DE MAO --DE - OBRA LTDA.. Objeto: Recepção na DPU em Altamira/PA. Prorrogar o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 11/07/2018 a 10/07/2019. Valor Total: R\$194.995,80. Fonte: 100000000 - 2018NE000720. Data de Assinatura: 03/05/2018.

(SICON - 04/05/2018) 290002-00001-2018NE02705

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2018 - UASG 290002

Número do Contrato: 217/2016. Processo: 08038010061201554. PREGÃO SRP Nº 111/2016. Contratante: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIAO - CNPJ Contratado: 09114027000180. Contratado: TMS PURIFICADORES E COMERCIO LTDA-Objeto: Revisão do contrato 217/2016, por acordo das partes, bem como alterar a Cláusula Terceira, item 3.25. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Valor Total: R\$1.064.448,00. Fonte: 100000000 - 2018NE000791. Data de Assinatura: 02/05/2018.

(SICON - 04/05/2018) 290002-00001-2018NE02705

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 20/2018

A pregoeira toma público o resultado do Pregão 20/2018 que trata da contratação de empresa especializada para o serviço de vigilância patrimonial armada para a unidade da DPU em Uberlândia/MG, cujo objeto fora adjudicado e homologado pelas autoridades competentes para a empresa ESSENCIAL SISTEMA DE SEGURANÇA EIRELI, CNPJ 05.457.677/0004-10, visto que atendeu a todos os requisitos do edital do prego supracitado.

GISELLE FREIRE DE MOURA ARRAYS
Coordenadora da Licitação

(SIDECA - 04/05/2018) 290002-00001-2018NE02705

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.